

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

Descrição	Em Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	269.933.314,09	206.529.660,84
Disponibilidades	1.876.978,30	2.179.810,77
Disponibilidades	1.876.978,30	2.179.810,77
Títulos e Valores Mobiliários	112.032.793,02	87.952.952,88
Títulos de Renda Fixa	97.588.771,29	87.952.952,88
Vinculado a Prestação de Garantias	14.444.021,73	0,00
Relações Interfinanceiras	27.871.930,88	6.007.269,37
Centralização Financeira - Cooperativas	27.871.930,88	6.007.269,37
Operações de Crédito	127.089.532,93	110.207.037,83
Operações de Crédito	133.225.590,17	120.758.030,88
(-) Provisão Operações Crédito Líq. Duvidosa	(6.136.057,24)	(10.550.993,05)
Outros Créditos	901.778,96	147.679,93
Rendas a Receber	487.219,81	83.023,69
Avais e Fianças Honrados	197.575,43	75.558,27
Diversos	515.205,81	69.933,34
(-) Provisão Outros Crédito Líq. Duvidosa	(298.222,09)	(80.835,37)
Outros Valores e Bens	160.300,00	34.910,06
Outros Valores e Bens	160.300,00	41.910,06
(-) Provisão Para Desvalorização	0,00	(7.000,00)
Não Circulante	35.694.170,50	37.425.682,39
Realizável a Longo Prazo	21.353.081,97	24.791.892,85
Títulos e Valores Mobiliários	65.147,96	58.140,23
Vinculado a Prestação de Garantias	65.147,96	58.140,23
Operações de Crédito	21.287.934,01	24.733.752,62
Operações de Crédito	21.287.934,01	24.733.752,62
Investimentos	7.147.649,28	6.144.550,22
No País	1.401.650,09	996.973,22
Outros Investimentos	5.745.999,19	5.147.577,00
Imobilizações em Curso	1.045.000,00	0,00
Imóveis	1.045.000,00	0,00
Imobilizado de Uso	6.131.389,37	6.468.883,34
Imóveis de uso	4.407.204,64	5.087.204,64
Outras Imobilizações de Uso	3.837.000,37	3.044.554,82
(-) Depreciações Acumuladas	(2.112.815,64)	(1.662.876,12)
Diferido	890,80	12.949,32
Gastos de Organização e Expansão	117.033,42	117.033,42
(-) Amortização Acumulada	(116.142,62)	(104.084,10)
Intangível	16.159,08	7.406,66
Direitos de Uso	16.213,27	7.460,85
(-) Amortização Acumulada	(54,19)	(54,19)
Total do Ativo:	305.627.484,59	243.955.343,23

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

BALANÇO PATRIMONIAL

P A S S I V O

Descrição	Em Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	257.828.798,87	205.428.258,22
Depósitos	196.553.712,49	150.444.818,77
Depósitos a Vista	37.736.031,65	27.972.179,46
Depósitos a Prazo	158.817.680,84	122.472.639,31
Relações Interfinanceiras	43.244.185,52	35.056.807,92
Repasse Interfinanceiros	43.244.185,52	35.056.807,92
Obrigações Por Empréstimos	8.589.195,18	10.479.858,77
Empréstimos no País - Outras Instituições	8.589.195,18	10.479.858,77
Outras Obrigações	9.441.705,68	9.446.772,76
Cobrança e Arrecadação De Trib. e Assemelhados	28.677,23	25.054,21
Sociais e Estatutárias	2.435.020,56	1.762.750,52
Fiscais e Previdenciárias	365.228,96	427.457,49
Diversas	6.612.778,93	7.231.510,54
Não Circulante	139.418,61	220.423,73
Exigível a Longo Prazo	139.418,61	220.423,73
Relações Interfinanceiras	139.418,61	220.423,73
Repasse Interfinanceiros	139.418,61	220.423,73
Patrimônio Líquido	47.659.267,11	38.306.661,28
Capital Social	26.278.955,55	23.718.475,62
Capital de Domiciliados	26.281.916,10	23.719.580,82
(Capital a Realizar)	(2.960,55)	(1.105,20)
Reserva de Sobras	17.934.661,64	13.196.893,01
Reserva Legal	16.823.955,40	12.516.893,01
Outras	1.110.706,24	680.000,00
Sobras a Disposição da Assembleia	3.445.649,91	1.391.292,65
Sobras Disposição da Assembleia	3.445.649,91	1.391.292,65
Total do Passivo:	305.627.484,59	243.955.343,23

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Descrição	Em Reais		
	2º Semestre 2016	31/12/2016	31/12/2015
1. Receitas de Intermediação Financeira	27.079.069,86	50.867.557,16	38.600.436,74
(+) Rendas Operações de Crédito	17.785.475,30	33.566.991,22	26.431.067,17
(+) Resultado Operações Títulos Valores Mobiliários	9.293.594,56	17.300.565,94	12.169.369,57
2. Despesas de Intermediação Financeira	(16.528.403,75)	(29.236.188,70)	(24.250.872,81)
(-) Operações de Captação no Mercado	(10.409.651,89)	(19.239.682,35)	(14.814.350,45)
(-) Operações de Empréstimo e Repasse	(1.401.850,11)	(2.887.277,97)	(2.027.843,17)
(-) Provisão de Credito de liquidação Duvidosa	(4.716.901,75)	(7.109.228,38)	(7.408.679,19)
3. Resultado Bruto da Intermediação Financ (1+2)	10.550.666,11	21.631.368,46	14.349.563,93
4. Outras Receitas / Despesas Operacionais	(6.349.969,11)	(12.265.221,82)	(10.756.148,73)
(+) Receitas de Prestação de Serviços	1.027.628,06	1.951.832,82	1.551.911,72
(+) Rendas de Tarifas Bancárias	1.793.561,31	3.086.325,23	955.105,96
(+) Resultado em Participação Coligadas e Controladas	0,00	148.195,44	88.166,58
(+) Outras Receitas Operacionais	1.170.348,10	1.569.284,04	1.035.536,53
(-) Despesas de Pessoal	(5.674.000,87)	(10.728.734,27)	(7.957.807,68)
(-) Outras Despesas Administrativas	(4.082.679,78)	(7.345.998,86)	(5.671.940,71)
(-) Despesas Tributárias	(158.579,51)	(270.783,46)	(209.697,30)
(-) Outras Despesas Operacionais	(426.246,42)	(675.342,76)	(547.423,83)
5. Resultado Operacional (3+4)	4.200.697,00	9.366.146,64	3.593.415,20
6. Outros Resultados	49.569,25	23.502,72	(131.395,09)
7. Resultado Antes da Tributação S/ Lucro (5+6)	4.250.266,25	9.389.649,36	3.462.020,11
Resultado com Associados	4.250.266,25	8.614.124,79	3.091.761,43
Resultado com Não Associados	0,00	775.524,57	370.258,68
8. Imposto De Renda e Contribuição Social	(183.976,66)	(316.520,45)	(147.461,13)
Provisão para Imposto de Renda	(105.565,80)	(188.041,43)	(73.388,41)
Provisão para Contribuição Social	(78.410,86)	(128.479,02)	(74.072,72)
9. Sobras Líquidas do Período	4.066.289,59	9.073.128,91	3.314.558,98

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras a Disposição da AGO	Total
		Legal	Fundo de Estabilidade		
SALDO EM 31/12/2014	21.030.352,79	10.971.012,30	680.000,00	1.635.816,26	34.317.181,35
MUTAÇÕES EM 2015	2.688.122,83	1.545.880,71	0,00	(244.523,61)	3.989.479,93
Integralização de Capital	1.707.093,24	0,00	0,00	0,00	1.707.093,24
Devolução de Capital	(654.786,68)	0,00	0,00	0,00	(654.786,68)
Incorporação das Sobras	1.635.816,27	0,00		(1.635.816,27)	0,00
Resultado Cooperado	0,00	0,00	0,00	3.091.761,43	3.091.761,43
Resultado Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	222.797,55	222.797,55
Destinações	0,00	1.545.880,71	0,00	(1.545.880,71)	0,00
Fates Ato Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	(222.797,55)	(222.797,55)
Fates Ato Cooperado	0,00	0,00	0,00	(154.588,06)	(154.588,06)
SALDO EM 31/12/2015	23.718.475,62	12.516.893,01	680.000,00	1.391.292,65	38.306.661,28
MUTAÇÕES EM 2016	2.560.479,93	4.307.062,39	430.706,24	2.054.357,26	9.352.605,83
Integralização de Capital	2.036.436,92	0,00	0,00	0,00	2.036.436,92
Devolução de Capital	(867.249,64)	0,00	0,00	0,00	(867.249,64)
Incorporação das Sobras	1.391.292,65	0,00		(1.391.292,65)	0,00
Resultado Cooperado	0,00	0,00	0,00	8.614.124,79	8.614.124,79
Resultado Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	459.004,12	459.004,12
Destinações	0,00	4.307.062,39	430.706,24	(4.737.768,63)	0,00
Fates Ato Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	(459.004,12)	(459.004,12)
Fates Ato Cooperado	0,00	0,00	0,00	(430.706,24)	(430.706,24)
SALDO EM 31/12/2016	26.278.955,55	16.823.955,40	1.110.706,24	3.445.649,91	47.659.267,11

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2016 e 31/12/2015

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Em Reais	
	31/12/2016	31/12/2015
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	9.389.649,36	3.462.020,10
Resultado do Exercício	9.389.649,36	3.462.020,10
2 - Ajuste Por	44.261.544,76	(19.488.806,29)
Depreciação / Amortização	461.998,04	121.412,36
(Aumento) ou Diminuição dos Tít. e Valores Mobiliários Acima 90 Dias	12.011.885,54	(19.090.602,51)
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Crédito	(13.436.676,49)	(16.953.002,46)
(Aumento) ou Diminuição das Outros Créditos	(755.377,90)	(12.627,37)
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	(125.389,94)	615.589,94
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	46.108.893,72	15.349.063,85
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	(3.788,21)	481.359,90
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	53.651.194,12	(16.026.786,19)
4 - Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	(316.520,45)	(147.461,13)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(316.520,45)	(147.461,13)
5 - Caixa Líq. Proveniente das Atividades Operacionais (3+4)	53.334.673,67	(16.174.247,32)
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(1.889.820,11)	(2.325.132,07)
Investimentos	(1.003.099,06)	(793.646,85)
Ativo Imobilizado / Diferido	(1.166.197,97)	(2.206.406,17)
Integralização de Capital	2.036.436,92	1.707.093,24
Devolução de Capital	(867.249,64)	(654.786,68)
Fates	(430.706,24)	(222.797,55)
Fates Não Associados	(459.004,12)	(154.588,06)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	6.215.708,89	9.963.942,17
(Diminuição) ou Aumento em Repasses Interfinanceiros	8.106.372,48	35.277.231,30
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	(1.890.663,59)	8.841.583,30
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações por Repasses no País	0,00	(34.154.872,43)
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	57.660.562,45	(8.535.437,22)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	57.660.562,45	(8.535.437,22)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	77.014.792,86	85.550.230,08
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	134.675.355,31	77.014.792,86

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31/12/2016 e 31/12/2015**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS - SICOOB CREDICANOINHAS/SC**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 22/11/1984 filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** possui 11 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CANOINHAS - SC, BELA VISTA DO TOLDO - SC, IRINEÓPOLIS - SC, PORTO UNIÃO - SC, SANTA CRUZ DO TIMBO - SC, TRES BARRAS - SC, SÃO MATEUS DO SUL - PR, UNIÃO DA VITÓRIA - PR, CRUZ MACHADO - PR, SÃO JOÃO DO TRIUNFO – PR.**

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 04/02/2010 ocorreu a transformação do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** para entidade de "Livres Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 18.11.2009.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela administração ou pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de **24/01/2017**.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os

Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/2011.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "*pro-rata temporis*" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	1.876.978,30	2.179.810,77
Relações interfinanceiras - centralização financeira	27.871.930,88	6.007.269,37
Títulos e Valores Mobiliários	112.032.793,02	87.952.952,88
TOTAL	141.781.702,20	96.140.033,02

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos e registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/2008, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em **31 de Dezembro de 2016 e 2015**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa	112.032.793,02	87.952.952,88
TOTAL	112.032.793,02	87.952.952,88

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 100,66% do CDI.

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de **2016** e 31 de dezembro **2015**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	27.871.930,88	6.007.269,37
TOTAL	27.871.930,88	6.007.269,37

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	343.222,35	0,00	343.222,35	373.675,47
Empréstimos	56.930.761,20	19.245.399,75	75.978.585,52	72.957.622,08
Títulos Descontados	17.138.778,78	0,00	17.138.778,78	16.265.554,28
Financiamentos	3.813.881,88	1.939.045,12	5.752.927,00	8.256.026,96
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	55.196.521,39	103.489,14	55.300.010,53	47.638.904,71
(-) Provisões para Operações de Crédito	4.892.702,71	1.397.948,89	6.290.651,60	10.614.964,77
TOTAL	128.332.887,46	19.889.985,12	148.420.448,01	134.876.818,73

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA - Normal	4.780.056,61	0,00	18.589,14	0,00	4.798.645,75		5.333.458,19	
A 0,5% Normal	44.706.466,60	376.730,18	2.710.854,47	21.602.886,18	69.396.937,43	346.984,69	69.528.744,98	347.643,72
B 1% Normal	24.082.004,64	1.812.282,86	1.978.543,33	31.844.411,74	59.717.242,57	597.172,43	51.602.757,28	516.027,57
B 1% Vencidas	616.113,00	8.803,79	164.112,98	0,00	789.029,77	7.890,30	2.105.544,94	21.055,45
C 3% Normal	6.520.701,55	1.056.323,75	340.178,18	1.104.780,09	9.021.983,57	270.659,51	4.705.154,55	141.154,64
C 3% Vencidas	1.152.578,37	12.535,93	351.077,73	0,00	1.516.192,03	45.485,76	1.536.399,94	46.092,00
D 10% Normal	1.780.920,70	160.665,26	0,00	17.124,58	1.958.710,54	195.871,05	147.473,80	14.747,38
D 10% Vencidas	770.127,31	35.998,66	74.666,73	0,00	880.792,70	88.079,27	577.195,51	57.719,55
E 30% Normal	366.302,95	23.011,85	3.866,37	0,00	393.181,17	117.954,35	86.966,26	26.089,88
E 30% Vencidas	1.531.151,41	21.078,71	23.296,42	0,00	1.575.526,54	472.657,96	507.362,61	152.208,78
F 50% Normal	241.130,48	37.428,49	0,00	4.174,15	282.733,12	141.366,56	47.485,22	23.742,61
F 50% Vencidas	497.985,88	8.623,84	18.791,25	0,00	525.400,97	262.700,49	107.864,18	53.932,09
G 70% Normal	141.006,91	7.639,16	0,00	0,00	148.646,07	104.052,25	51.480,85	36.036,59
G 70% Vencidas	158.781,32	14.478,45	47.741,52	0,00	221.001,29	154.700,90	194.681,26	136.276,88
H 100% Normal	996.788,58	91.902,46	13.204,43	61.490,81	1.163.386,28	1.163.386,28	768.303,27	768.303,27
H 100% Vencidas	1.527.839,26	120.703,12	8.004,45	665.142,98	2.321.689,81	2.321.689,81	8.273.934,35	8.273.934,35
Total Normal	83.615.379,02	3.565.984,01	5.065.235,92	54.634.867,55	146.881.466,50	2.937.447,12	132.271.824,40	1.873.745,66
Total Vencidos	6.254.576,55	222.222,50	687.691,08	665.142,98	7.829.633,11	3.353.204,49	13.302.982,79	8.741.219,10
Total Geral	89.869.955,57	3.788.206,51	5.752.927,00	55.300.010,53	154.711.099,61	6.290.651,61	145.574.807,19	10.614.964,76
Provisões	4.629.090,80	336.167,94	135.357,59	1.190.035,27	6.290.651,60		10.614.964,77	
Total Líquido	85.240.864,77	3.452.038,57	5.617.569,41	54.109.975,26	148.420.448,01		134.959.842,42	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adto Depositantes/ Chq Especial				3.788.206,51
Empréstimos	21.658.468,98	31.827.308,06	19.245.399,75	72.731.176,79
Títulos Descontados	16.732.623,55	406.155,23	0,00	17.138.778,78
Financiamentos	1.237.083,59	2.576.798,29	1.939.045,12	5.752.927,00
Financiamentos Rurais	6.420.761,92	48.775.759,47	103.489,14	55.300.010,53
TOTAL	49.837.144,55	83.586.021,05	21.287.934,01	154.711.099,61

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	840.351,07	9.091.630,71	6.269.176,89	4.070.716,39	20.271.875,06	13%
Setor Privado - Indústria	234.518,17	3.678.793,51	1.256.320,69	52.229,94	5.221.862,31	3%
Setor Privado - Serviços	1.410.165,65	28.524.606,21	7.103.346,97	0,00	37.038.118,83	24%
Pessoa Física	1.261.301,92	35.539.604,75	2.203.141,76	51.177.064,20	90.181.112,63	58%
Outros	41.869,70	1.649.468,61	306.792,47	0,00	1.998.130,78	1%
TOTAL	3.788.206,51	78.484.103,79	17.138.778,78	55.300.010,53	154.711.099,61	100%

e) Movimentação de Créditos Baixados e Recuperados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	13.237.691,67	12.069.480,57
Valor das operações transferidas no período	8.404.863,41	1.393.753,20
Valor das operações recuperadas no período	(1.089.978,09)	(1.412.232,43)
TOTAL	20.552.576,99	12.051.001,34

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais e Fianças Honrados	197.575,43	83.023,69
Rendas A Receber	487.219,81	75.558,27
Diversos	515.205,81	69.933,34
(-) Provisões Para Outros Créditos	-298.222,09	-80.835,37
TOTAL	901.778,96	147.679,93

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio	160.300,00	41.910,06
(Provisões para Desvalorizações)	0,00	-7.000,00
TOTAL	160.300,00	34.910,06

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	5.745.999,19	5.147.577,00
Participações inst financ controlada coop crédito	1.401.650,09	996.973,22
TOTAL	7.147.649,28	6.144.550,22

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	1.045.000,00	0,00	
Terrenos	2.195.739,99	3.875.739,99	
Edificações	2.211.464,65	1.211.464,65	4%
Móveis e equipamentos de Uso	1.200.953,76	960.791,40	10%
Sistema de Comunicação	167.267,97	138.759,31	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.594.188,72	1.212.335,93	20%
Sistema de Segurança	428.018,12	330.017,98	10%
Sistema de Transporte	446.571,80	402.650,20	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	-2.112.815,64	-1.662.876,12	
TOTAL	7.176.389,37	6.468.883,34	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	16.213,27	7.460,85
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-54,19	-54,19
TOTAL	16.159,08	7.406,66

11. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, substancialmente, instalações e reforma de PAs.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Gastos em Imóveis de Terceiros	110.417,15	110.417,15
Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.616,27	6.616,27
(-) Amortização Acumulada do Diferido	-116.142,62	-104.084,10
TOTAL	890,80	12.949,32

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	37.736.031,65	27.972.179,46
Depósito Sob Aviso	10.421,02	19.627,50
Depósito a Prazo	158.807.259,82	122.453.011,81
TOTAL	196.553.712,49	150.444.818,77

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Finalidade	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
COOPERATIVA CENTRAL	Repasse	Diversos	8.589.195,18	10.479.858,77
REPASSES INTERFINANCEIROS	Repasse	Diversos	43.381.371,88	35.277.231,03
TOTAL			51.970.567,06	45.757.089,80

As obrigações são atualizadas com variações de juros 2,5. % a.a. até 11,25% a.a.

14. Outras Obrigações

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado De Atos Com Associados	430.706,24	335.284,26
Resultado De Atos Com Não Associados	1.886.470,38	1.427.466,26
Cotas De Capital A Pagar	117.825,13	0,00
TOTAL	2.435.001,75	1.762.750,52

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores

em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

(c) Refere-se a participações nos Resultados a serem pagas aos Empregados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	37.287,81	35.569,20
Impostos e contribuições a recolher	327.941,15	391.888,29
TOTAL	365.228,96	427.457,49

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cheques Administrativos	834.619,47	5.393.966,98
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	600.630,81	325.201,56
Provisão Para Pagamentos A Efetuar	1.995.657,49	1.007.100,21
Provisão Para Passivos Contingentes	2.947.806,27	53.038,89
Recursos Vinculados A Operações De Crédito	66.684,08	65.455,38
Credores Diversos - País	167.380,81	386.747,52
TOTAL	6.612.778,93	7.231.510,54

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2016.

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com pessoal, administrativas e outros pagamentos.

(c) Refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa de garantias prestadas de operações de coobrigações no valor de R\$ 155.264,64. Os demais créditos de Provisão para Passivos Contingentes seguem em tabela abaixo:

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição De Recursos Trabalhistas	230.000,00	18.519,26	0,00	0,00
TOTAL	230.000,00	18.519,26	0,00	0,00

15. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 21.646.916,14, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

16. Contingências Passivas

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em notas explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDICANOINHAS**, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas prováveis e possíveis os processos conforme tabela a seguir:

Descrição	Quantidade	Provável	Possível
Trabalhista	1	30.000,00	0,00
Total	1	30.000,00	0,00

Conforme processo 0001217-38.2014.5.9.0026 para este processo foi efetuado o depósito recursal mais custas processuais no valor de R\$: 18.519,26 (dezoito mil quinhentos e dezenove reais e vinte e seis centavos)

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2016** e **2015**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	26.278.955,55	23.718.475,62
Associados	20.411	16.748

b) Reservas

b.1) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

b.2) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 5%, utilizada para suprir eventuais obrigações financeiras no caso de perdas de receitas.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15/03/2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de Dezembro de 2015**, no valor de R\$ 1.391.262,65.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Resultado Depois da Tributação Sobre Lucro	9.073.128,91	3.314.558,98
Resultado com Associados	8.614.124,79	3.091.761,43
Resultado com Não Associados	(459.004,12)	222.797,55
Destinações Estatutárias	5.627.478,99	(1.923.266,33)
(-) Fates Resultado com Não Associados	(459.004,12)	(222.797,55)
(-) Fates Resultado com Associados	(430.706,24)	(154.588,07)
(-) Reserva Legal	(4.307.062,39)	(1.545.880,71)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira FEF	(430.706,24)	0,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.445.649,91	1.391.292,65

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

Descrição	2016			
	Honorários	Operações de Crédito	Depósitos	Capital Social
Diretoria e Conselho de Administração	1.151.467,73	442.446,57	1.932.614,45	222.942,35
Conselho Fiscal	59.186,88	271.096,72	52.407,61	52.228,93
Total	1.210.654,61	713.543,29	1.985.022,06	275.171,28

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2015:

Descrição	2015			
	Honorários	Operações de Crédito	Depósitos	Capital Social
Diretoria e Conselho de Administração	938.856,47	272.495,74	1.639.285,25	228.251,66
Conselho Fiscal	52.765,79	217.561,76	48.694,03	71.869,18
Total	991.622,26	490.057,50	1.687.979,28	300.120,84

20. Cooperativa Central

O COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS - SICOOB CREDICANOINHAS/SC, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICANOINHAS/SC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL SC/RS, em 31/12/2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 24/01/2016 com opinião sem modificação.

21. Gerenciamento de Risco

21.1 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC), tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas no **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** sob a supervisão do SICOOB CONFEDERAÇÃO.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

21.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

21.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

21.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

(a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;

(b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e

(c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

Atenciosamente

FRANCISCO GRESSELLE
Presidente

MARCIA MARIA KOHLER DE LIMA
Diretora Operacional

ELISON SELENKO
Contador CRC SC 035759/0-7